



DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 18 DE SETEMBRO DE 2024.

Aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.297, de 28 dezembro de 2020, que aprova o repasse de parcela excepcional de incentivo financeiro de investimento, para apoio à estruturação dos Centros Estaduais de Atenção Especializada (CEAE).

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- o Decreto Estadual nº 48.600, de 10 de abril de 2023, que dispõe sobre as normas de transferência, controle e avaliação dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.066, de 04 de dezembro de 2019, que aprova a regulamentação dos Centros Estaduais de Atenção Especializada, os seus processos de supervisão e avaliação e a metodologia de financiamento dos serviços;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.297, de 28 de dezembro de 2020, que aprova o repasse de parcela excepcional de incentivo financeiro de investimento, para apoio à estruturação dos Centros Estaduais de Atenção Especializada (CEAE);
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.666, de 09 de dezembro de 2021, que aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.066, de 04 de dezembro de 2019, que aprova a regulamentação dos Centros Estaduais de Atenção Especializada, os seus processos de supervisão e avaliação e a metodologia de financiamento dos serviços;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.840, de 14 de junho 2022, que aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.066, de 04 de dezembro de 2019, que aprova a regulamentação dos Centros Estaduais de Atenção Especializada, os seus processos de supervisão e avaliação e a metodologia de financiamento dos serviços;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.132, de 15 de março de 2023, que aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.066, de 04 de dezembro de 2019, que aprova a regulamentação dos Centros Estaduais de Atenção Especializada, os seus processos de supervisão e avaliação e a metodologia de financiamento dos serviços;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.134, de 15 de março de 2023, que aprova a alteração da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.297, de 28 de dezembro de 2020, que aprova o repasse de parcela excepcional de incentivo financeiro de investimento, para apoio à estruturação dos Centros Estaduais de Atenção Especializada (CEAE);
- a Resolução SES/MG nº 6.946, de 04 de dezembro de 2019, que regulamenta os Centros Estaduais de Atenção Especializada, e os seus processos de supervisão, avaliação e metodologia de financiamento dos serviços;
- a Resolução SES/MG nº 7.363, de 28 de dezembro de 2020, que autoriza o repasse de parcela excepcional de incentivo financeiro de investimento, para apoio à estruturação dos Centros Estaduais de Atenção Especializada (CEAE);
- a Resolução SES/MG nº 7.918, de 09 de dezembro de 2021, que altera a Resolução SES/MG nº 6.946, de 04 de dezembro de 2019, que regulamenta os Centros Estaduais de Atenção Especializada, e os seus processos de supervisão, avaliação e metodologia de financiamento dos serviços;
- a Resolução SES/MG nº 8.201, de 14 de junho de 2022, que altera a Resolução SES/MG nº 6.946, de 04 de dezembro de 2019, que regulamenta os Centros Estaduais de Atenção Especializada, e os seus processos de supervisão, avaliação e metodologia de financiamento dos serviços;
- Resolução SES/MG nº 9.482, de 30 de abril de 2024, que define os critérios e procedimentos técnicos para repasse financeiro de investimentos para obras de infraestrutura e serviços de engenharia de estabelecimentos de saúde, no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde – SES/MG;
- a necessidade de adequar as regras para utilização do recurso de investimento dos Centros



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

Estaduais de Atenção Especializada às diretrizes da Resolução SES/MG nº 9.482, de 30 de abril de 2024;

- a necessidade de ampliação de escopo de obras para estruturação e fortalecimento dos serviços de média complexidade ambulatorial; e
- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 311ª Reunião Ordinária, ocorrida em 18 de setembro de 2024.

DELIBERA:

Art. 1º - Fica aprovada a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.297, de 28 dezembro de 2020, que aprova o repasse de parcela excepcional de incentivo financeiro de investimento, para apoio à estruturação dos Centros Estaduais de Atenção Especializada (CEAE), nos termos do Anexo Único desta Deliberação.

Art. 2º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 18 de setembro de 2024.

**FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG**

ANEXO ÚNICO DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº, DE 18 DE SETEMBRO DE 2024
(disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br/cib).

MINUTA CIB



RESOLUÇÃO SES/MG Nº, 18 DE SETEMBRO DE 2024.

Altera a Resolução SES/MG nº 7.363, de 28 de dezembro de 2020, que autoriza o repasse de parcela excepcional de incentivo financeiro de investimento, para apoio à estruturação dos Centros Estaduais de Atenção Especializada (CEAE).

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 93, § 1º, da Constituição Estadual, e os incisos I e II, do artigo 46, da Lei Estadual nº 23.304, de 30 de maio de 2019 e, considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

- a Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº , de 18 de setembro de 2024, que aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.297, de 28 de dezembro de 2020, que aprova o repasse de parcela excepcional de incentivo financeiro de investimento, para apoio à estruturação dos Centros Estaduais de Atenção Especializada (CEAE).

RESOLVE:



Art. 1º - Alterar o §3º e incluir os incisos I a IV no §3º Artigo 1º da Resolução SES/MG nº 7.363, de 28 de dezembro de 2020, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Autorizar o repasse de parcela excepcional de incentivo financeiro de investimento, para apoio à estruturação dos Centros Estaduais de Atenção Especializada (CEAE) relacionados no Anexo I desta Resolução.

(...)

§3º - Para execução de obra utilizando o recurso de investimento, os Centros Estaduais de Atenção Especializada deverão seguir as diretrizes dispostas na Resolução SES/MG nº 9.482, de 30 de abril de 2024, ou outra normativa que vier substituí-la, e o fluxo descrito abaixo:

I - o gestor municipal deverá encaminhar a documentação prevista na Resolução SES/MG nº 9.482, de 30 de abril de 2024, ou outra normativa que vier substituí-la, para a Engenharia Estadual e/ou Diretoria de Vigilância em Estrutura Física da SES/MG;

II - após validação da Engenharia Estadual e/ou da Diretoria de Vigilância em Estrutura Física da SES/MG, o gestor municipal deverá encaminhar para ciência do Conselho Municipal de Saúde a documentação descrita no inciso I, juntamente com o parecer das áreas citadas, bem como a Declaração contendo justificativa sobre a relevância assistencial da obra, conforme Anexo III;

III - após ciência no Conselho Municipal de Saúde, as documentações descritas nos incisos I e II deverão ser remetidas para ciência em CIB Micro/Macro;

IV - após ciência na CIB Micro/Macro, o recurso de investimento poderá ser executado para obra.

Art. 2º - Alterar o Artigo 5º da Resolução SES/MG nº 7.363, de 28 de dezembro de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º - Para aquisição de equipamentos e materiais permanentes, os Centros Estaduais de Atenção Especializada deverão pactuar Plano de Trabalho e Declaração de Necessidade em CIB Micro/Macro.

Parágrafo único - Em caso de uso do recurso de investimento para aquisição de material permanente, os Centros Estaduais de Atenção Especializada devem seguir o fluxo e as orientações descritos no Anexo II.”(nr)

Art. 3º - Alterar o Artigo 7º da Resolução SES/MG nº 7.363, de 28 de dezembro de 2020, e incluir parágrafo único, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º - O repasse dos recursos aos municípios será precedido de assinatura de



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Termo de Compromisso/Metas no Sistema de Gerenciamento de Resoluções Estaduais em Saúde (SiG-RES) ou sistema de informação similar disponibilizado pela SES/MG nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único - O prazo para execução dos recursos que se refere esta Resolução será de 24 (vinte e quatro) meses após o recebimento integral do recurso.”(nr)

Art. 4º - Alterar os Anexos II, III e IV da Resolução SES/MG nº 7.363, de 28 de dezembro de 2020, que passam a vigorar nos termos dos Anexos I, II e III desta Resolução, respectivamente.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 18 de setembro de 2024.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE

ANEXOS I, II E III DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº, DE 18 DE SETEMBRO DE 2024
(disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br).

MINUTA CIB



“ANEXO II DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 7.363, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020”

FLUXO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES

Os materiais permanentes a serem adquiridos pelos Centros Estaduais de Atenção Especializada (CEAE) devem ser diretamente relacionados à assistência ou serem itens imprescindíveis para apoio e suporte às ações assistenciais prestadas (tais como mobiliário, eletrônicos etc.). Dessa forma, para utilização do recurso de investimento estadual, deve ser considerado o escopo e/ou categoria do Centro Estadual de Atenção Especializada. Além disso, **poderão ser adquiridos somente os itens que constam na planilha** disponível no seguinte link:

[Lista Materiais Permanentes CEAE e AMC](#)

A lista de materiais permanentes que consta na planilha do link acima foi elaborada considerando o escopo e/ou categoria dos Centros Estaduais de Atenção Especializada, com base nas descrições contidas na Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes financiáveis pelo SUS - RENEM (disponível em: <https://portalfns.saude.gov.br/pesquisa-de-itens-renem/>) e no Catálogo de Materiais e Serviços (CATMAS) do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços (SIAD) do Estado de Minas Gerais, disponível no site do Portal de Compras (<http://www.compras.mg.gov.br/>). Essa lista poderá ser atualizada com acréscimo ou alteração dos materiais permanentes, no intuito de aprimorar a estruturação dos serviços conforme fluxo estabelecido em documento específico.

Após o levantamento dos itens a serem adquiridos pelos Centros Estaduais de Atenção Especializada, conforme indicado acima, deverá ser cumprido o fluxo a seguir:

- 1) O Plano de Trabalho e a Declaração de Necessidade (conforme modelos apresentados nesse anexo) deverão ser encaminhados pelo município sede ao QualificaCEAE para avaliação quanto às documentações apresentadas estarem em conformidade com as diretrizes dessa legislação e com os itens que constam na planilha disponibilizada no link supracitado.
- 2) Posteriormente, os documentos citados no item 1 e a ata de reunião do QualificaCEAE com a aprovação dos membros participantes deverão ser submetidos à ciência do Conselho Municipal de Saúde do município sede do serviço.
- 3) Após ciência do Conselho Municipal de Saúde, o município sede deverá encaminhar à Coordenação de Redes de Atenção à Saúde (CRAS-URS) a ata de comprovação da ciência no Conselho junto



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

com os outros documentos citados nos itens 1 e 2 para pactuação em CIB Micro/Macro, considerando os prazos e fluxo regimentar da CIB.

- 4) Será emitido parecer técnico por parte da Coordenação de Pontos de Atenção Ambulatoriais Especializados (CPAAE) da SES/MG, homologado em CIB-SUS/MG, para somente depois do parecer favorável, o município estar apto a executar o recurso de investimento.

OBS: Caso o Centro Estadual de Atenção Especializada tenha alguma dúvida em relação ao preenchimento do Plano de Trabalho ou considere necessário, sugere-se o envio do documento para análise prévia pela Coordenação de Pontos de Atenção Ambulatoriais Especializados, antes de submeter para avaliação do QualificaCEAE e do Conselho Municipal de Saúde.

A) MODELO DE PLANO DE TRABALHO

**PLANO DE TRABALHO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS - AQUISIÇÃO DE
MATERIAL PERMANENTE**

NOME DO ITEM A SER ADQUIRIDO	CÓDIGO RENEM OU CATMAS OU DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTIDADE	OBJETIVO/ FINALIDADE	VALOR PREVISTO DO ITEM

Nome do município, ____ de _____ de ____

Inserir aqui o nome do(a) Representante Legal do Fundo Municipal de Saúde

Representante Legal do Fundo Municipal de Saúde de XXX



**B) MODELO DECLARAÇÃO DE NECESSIDADE DE EQUIPAMENTO E MATERIAL
PERMANENTE**

(MODELO EM PAPEL TIMBRADO DO MUNICÍPIO)

**DECLARAÇÃO DE NECESSIDADE DE EQUIPAMENTO E MATERIAL
PERMANENTE**

Declaro para os devidos fins que o Centro Estadual de Atenção Especializada, cadastrado no CNES
(*inserir número do CNES do CEAE*), no município de _____,

() possui equipamento/material permanente em mau estado de conservação

() possui equipamento/material permanente obsoleto

() possui equipamento/material permanente em quantidade insuficiente

() não possui equipamento/material permanente indispensável para atendimento do serviço.

Prejudicando assim a realização das atividades assistenciais prestadas no âmbito de um serviço de
atenção ambulatorial especializada.

Declaro ainda que o Centro Estadual de Atenção Especializada (CEAE) utilizará os equipamentos
necessários exclusivamente para atendimento do serviço estadual conforme o escopo e categoria. E
não irá dispor de equipamento ocioso ou em quantidade para além do necessário para realização
das atividades assistenciais previstas.

Responsabilizo-me pela veracidade das informações aqui prestadas e reitero a necessidade da
devida substituição/aquisição do(s) item(ns) para melhoria na qualidade do atendimento à
população assistida por este serviço.

Nome do município, ____ de _____ de ____

Inserir aqui o nome do(a) Prefeito(a) do Município Sede do CEAE

Prefeito(a) de XXX

Inserir aqui o nome do(a) Secretário(a) Municipal de Saúde Sede do CEAE

Secretário(a) Municipal de Saúde de XXX

Inserir aqui o nome do(a) Gerente do CEAE



ANEXO II DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº, DE 18 DE SETEMBRO DE 2024.
“ANEXO III DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 7.363, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020”

DECLARAÇÃO DE JUSTIFICATIVA SOBRE A RELEVÂNCIA ASSISTENCIAL DA OBRA

Eu, **[Nome Completo do Responsável]**, CPF nº **[XXXX]**, Gestor do Fundo Municipal de Saúde de **[Nome do município]**, inscrito no CNPJ nº **[XXXX]**, declaro para os devidos fins que a obra de **[classificar o tipo de obra - ampliação, reforma ou recuperação]**, a ser realizada no endereço **[endereço completo da obra]**, possui fundamental importância para o atendimento das necessidades assistenciais do **Centro Estadual de Atenção Especializada – CEAE XXXXX**.

A obra em questão visa **[descrever os objetivos da obra]**, o que permitirá **[detalhar os benefícios assistenciais, abordando por exemplo se haverá aumento da capacidade de atendimento e/ou melhoria nas condições de trabalho dos profissionais de saúde e/ou acesso facilitado a serviços de saúde para a população local, entre outros]**.

Justificativa:

A execução desta obra é de extrema relevância assistencial, pois **[descrever os motivos que levam à necessidade de realizar a obra, como o crescimento da demanda por serviços de saúde, inadequação das atuais instalações, necessidade de atualização tecnológica, aumento das atividades e serviços oferecidos, entre outros]**, alinhando-se às diretrizes estabelecidas pela Resolução SES/MG nº 6.946, de 04 de dezembro de 2019.

Por esses motivos, a realização desta obra se faz não apenas oportuna, mas imprescindível para garantir o cumprimento das metas assistenciais e a melhoria contínua dos serviços prestados à população.

[Local], [Data]

[Nome Completo do Responsável]

[Cargo/Função]



ANEXO III DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº, DE 18 DE SETEMBRO DE 2024.
“ANEXO IV DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 7.363, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020”

Quadro 1 – Indicador Percentual de Equipamentos adquiridos conforme do Plano de Trabalho

Indicador	Percentual de equipamentos adquiridos conforme especificação do Plano de Trabalho
Descrição do indicador	Percentual de equipamentos adquiridos conforme especificação do Plano de Trabalho
Método de cálculo	$(\text{Número de equipamentos com comprovação da aquisição conforme especificado no Plano de Trabalho no prazo estipulado para execução do recurso} / \text{número de equipamentos planejados para aquisição conforme especificado no Plano de Trabalho}) \times 100$
Fonte	Nota fiscal
Unidade de medida	Percentual
Polaridade	Maior melhor
Meta	100%
Número de períodos de monitoramento	1 (único)
Data inicial do monitoramento	Ao final do prazo estabelecido para execução do recurso

Quadro 2 – Percentual de execução física e financeira de obra

Indicador	Percentual de execução física e financeira de obra
Descrição do indicador	O indicador cresce a partir do início da execução da obra, influenciado pela execução física e financeira. Chega-se no 100% quando todos os itens de todos os serviços do contrato são executados física e financeiramente.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

Método de cálculo	Verifica-se, primeiro, se a totalidade dos serviços contratados pelo município corresponde de fato aos projetos ou memoriais descritivos da obra a ser realizada. Em seguida, calcula-se com base nos boletins de medição da obra e a partir de análises feitas in loco, o percentual executado de cada item/serviço da obra, multiplicando-se esse percentual pelo preço do respectivo item/serviço. Por fim, soma-se o valor financeiro de cada item/serviço executado e divide-se essa somatória pelo valor total dos serviços contratados. Multiplica-se o resultado por 100.
Fonte	Cálculo realizado pela Diretoria de Infraestrutura Física e Engenharia (DIFE), dentro do processo de monitoramento da execução das obras.
Unidade de medida	Percentual
Polaridade	Maior melhor
Meta	100%
Número de períodos de monitoramento	1 (único)
Data inicial do monitoramento	Ao final da vigência do instrumento de repasse.